

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 ABRIL DE 2013

ACTA N.º 2/2013

Por convocatória da Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, datada de 15 de abril de 2013, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Mini Auditório, pelas 09.30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Informações;
2. Período antes da Ordem do Dia;
3. Aprovação da ata da sessão de 28 de fevereiro de 2013;
4. Relatório e Contas do ano de 2012;
5. Consolidação de Contas do ano de 2012 do Município de Miranda do Douro e da Miranda Cultural e Rural, E.M.;
6. Regulamento do Banco Municipal de Manuais Escolares;
7. Ponto da situação relativamente aos Protocolos da REN e, em particular, o protocolo de compensação financeira da Câmara Municipal com a EDP – Gestão de Produção de Energia, relativamente às freguesias de Picote e Vila Chã;
8. Apreciação da Informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara;
9. Voto de Solidariedade para a Manutenção da Escola EB1 de Palaçoulo;

Verificou-se a ausência dos membros a seguir mencionados: Jacinta de Jesus Borrecho R. Fernandes, Manuel Rodrigo Martins, Carla Maria Fernandes Teixeira Martins, Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues, Manuel de São Pedro Granjo, Alfredo José Garcia Cameirão, Alice Jesus Alves Velho, Graça Maria Teles de Sousa Carvalho, Alberto José Raposo, Ivo Manuel Raposo Mendes, Maria da Conceição Celas Pinto Preto e José Manuel Galdes.-----

Os membros Jacinta de Jesus Borrecho R. Fernandes, Carla Maria Fernandes Teixeira Martins, Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues, Manuel de São Pedro Granjo, Alice Jesus Alves Velho, Graça Maria Teles de Sousa Carvalho

e Ivo Manuel Raposo Mendes apresentaram justificação de falta de presença as quais foram consideradas justificadas. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: Carlos do Nascimento Ferreira, António Augusto Castro Carção, Nascimento Augusto Afonso, Jacinto dos Santos Afonso, Belmiro dos Anjos Gonçalves, André Manuel de Pêra Almendra, João Carlos Neto Lopes, Moisés Pera Esteves, Domingos Augusto Ruano, Manuel da Cruz Antão Pires Lopes, Orlando Seixas Vaqueiro, Esmeraldino Adérito Raposo Fernandes, António Rodrigues Barbosa, Artur Augusto Gomes, Manuel Guerra Gonçalves, Luís António Raimundo Preto, Ezequiel dos Ramos Raposo, Norberto Fernando Ferreira, Aquilino José Morete Ginjo, Francisco Afonso Fidalgo, Adérito dos Santos Martins, José Abílio João e Francisco Cândido Preto. -----

Não estando presente a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Jacinta Fernandes, o Senhor 1º Secretário, Dr. Carlos Ferreira assumiu a presidência da mesa e declarou aberta a sessão eram nove horas e cinquenta minutos. Para completar a mesa da Assembleia foi chamado o deputado Jacinto dos Santos Afonso, que assumiu o lugar de 2º Secretário. -----

Passando-se de seguida à Ordem de Trabalhos: -----

1. INFORMAÇÕES: -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros: -----

António Carção: Sr. Presidente da Assembleia Municipal em substituição, passada mais uma reunião, não me foi entregue o pedido que fiz à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, ou seja, o endividamento por ano e por mandato o mais remoto possível, ou melhor, desde abril de 1974. -----

Relembro a Exma. Presidente o Regimento, artº 17 (Competências da Assembleia Municipal) alínea h) “Apreciar a recusa, por ação ou omissão, de quaisquer informações e documentos, por parte da câmara municipal ou dos seus membros, que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização.” -----

Belmiro Gonçalves: Reportando-se à ata da Câmara de 27 de Fevereiro passado, focalizou dois pontos: -----

1. Mais uma vez, e em seu entender, por incumprimento do normativo legal que obriga a um regimento de Funcionamento das reuniões da Câmara Municipal, dois vereadores abandonaram a sessão da Câmara Municipal. A este propósito, lembrou o Artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro: “Compete à câmara, a) Elaborar e aprovar o regimento. E dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmando que é uma imposição legal. -----

2. Lembrou que a deliberação da Câmara do ponto 6 da ordem de trabalhos, não tinha “quórum” dado que dois elementos, tinham abandonado a reunião e outros dois elementos “não votaram nem participaram” e apenas um elemento aprovou a deliberação, lembrando a propósito o CPA, Artigo 25.º, “As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes na reunião...” -----

Presidente da Mesa: Refere que a Câmara Municipal é um órgão independente mas que fica registada a observação do senhor deputado. -----

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes elementos: -----

António Carção: Começou por dizer – Viva o 25 de abril! Que os valores do 25 de abril são para serem vividos e praticados todos os dias. -----

De seguida, solicitou a aprovação de um Voto de Pesar por D.Tomás Carrion Carrion, Digníssimo Alcaide de Alcanices: “Alcaide há mais de 30 anos deixou-nos em pleno exercício de funções. Partiu um grande homem, um político respeitado e um grande amigo de Miranda. -----

Terminou solicitando à mesa a sua aprovação por unanimidade e em minuta e que fosse enviado ao Ayuntamiento de Alcanices, o que foi aceite por unanimidade. -----

Nascimento Afonso: “Na primeira semana do corrente mês de Abril, os municípios do Distrito reuniram-se na sua capital – Bragança – com a seguinte agenda: – retomar as ligações aéreas a Lisboa; – conclusão da auto-estrada transmontana e de uma série de ligações rodoviárias consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região. -----

O objetivo era o seguinte: obrigar o Governo a falar sobre estes problemas e a comprometer-se com a resolução dos mesmos. -----

É que o silêncio do Governo em matérias como o impasse nas obras do túnel do Marão, o arrastar da suspensão da carreira aérea Bragança – Vila-Real – Lisboa e os atrasos na conclusão dos trabalhos da A4 estão a deixar os autarcas do Distrito de Bragança à beira de um ataque de nervos. -----

Segundo os mesmos – estas situações prejudicam a competitividade da região, já de si tão desfavorecida em relação ao resto do país. -----

Convém acrescentar que a resolução, emanada da reunião supra referida (e entregue ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro-Ministro e à Sra. Presidente da Assembleia da República) reivindica ainda o prolongamento do IC5 (de Miranda a Espanha), a melhoria da ligação Bragança – Vinhais e Vimioso – Bragança e a continuação do IP2 até Puebla de Sanábria. -----

Homem dos ideais de Abril, eu teimo em ver – nestas (e noutras) ações do nosso Poder Local – o espírito renovador e resiliente de Abril, a continuação do sonho lindo daquele dia inicial, inteiro e limpo (Sophia de Melo Breyner) – ultimamente e infelizmente tão apoucado. -----

Com efeito, uma das ideias-força do Programa da Revolução de Abril de 1974 (cujo 39º aniversário há dias celebrámos) foi o desenvolvimento, o progresso, o bem-estar generalizado das populações. -----

É preciso reconhecer que muito se fez neste domínio, de norte a sul de Portugal. E é preciso reconhecer que um dos motores deste desenvolvimento tem sido o Poder Local. -----

Por isso, eu quero saudar – no Sr. Presidente desta digníssima Assembleia e no Sr. Presidente da Câmara Municipal – o Poder Local, em geral, que, no meio de tanta adversidade, tem conseguido manter o ideal de Abril, lutando

denodadamente pelo desenvolvimento, pelo progresso e pelo bem-estar das populações. -----

Acredito que o Poder Local – coeso contra ventos e marés – não permitirá que o nevoeiro e o ocaso dos nossos dias apaguem o Abril de Liberdade, de Igualdade e de Solidariedade do seio das suas populações. -----

Viva o 25 de Abril! Viva o Poder Local!" -----

Belmiro Gonçalves: Começou por referir que, no presente ano letivo, mais de metade dos alunos do Agrupamento de Escolas tem o mirandês como disciplina de opção, salientando que era fruto de um constante e permanente esforço do seu Diretor. -----

Continuou dizendo que quatro localidades transmontanas tinham sido incluídas na rede turística "Aldeias de Portugal", um roteiro turístico que recorda tradições, gastronomia e cultura das zonas rurais. Referia-se às Aldeias de Montesinho e de Rio D'Onor no Concelho de Bragança, a aldeia Picote em Miranda do Douro e São Joanico no Vimioso. -----

De seguida, lembrou a iniciativa do pelouro da cultura que escolheu a língua mirandesa como tema central das comemorações do Dia Internacional de Monumentos e Sítios, numa iniciativa que este ano foi subordinada ao tema "Património - mais Educação igual a Identidade". Terminou, afirmando que o mirandês é a identidade do nosso bom povo e que o nosso Património está espelhado em 800 marcadores de livros. -----

Francisco Fidalgo: Chama a atenção do executivo para o arranjo da estrada municipal, Duas Igrejas/Cruz das Antas/São Pedro/Granja, que se encontra em mau estado. -----

Artur Gomes: Questionou o executivo sobre a calendarização da máquina para arranjo dos caminhos, que este ano devido às fortes chuvas se encontram em mau estado. -----

Falou sobre a necessidade de cortar os choupos na sua freguesia e solicita apoio logístico para poder fazer o serviço. -----

Falou ainda do mau estado das ruas asfaltadas, que logo que possível sejam arranjadas. -----

Ezequiel Raposo: Começou por felicitar o executivo pela realização do Concurso de Ovinos da Raça Churra Galega Mirandesa, embora cada vez haja menos produtores. -----

Questionou também sobre a calendarização da máquina para arranjo dos caminhos. -----

Perguntou ainda ao executivo o que pensa fazer na sua freguesia, já que, segundo ele, nada fez nestes 4 anos. -----

João Lopes: Começou por agradecer ao executivo o pagamento das senhas de presença. -----

Agradeceu ainda a construção das Piscinas em Palaçoulo. -----

Quanto à Empresa Municipal, referiu que tem conhecimento que foram pedidas faturas a fornecedores com data de 2013. -----

Chamou ainda a atenção do executivo para o arranjo da estrada municipal Águas Vivas/Palaçoulo, bem como o arranjo do asfalto que se encontra danificado em algumas ruas de Palaçoulo. -----

Presidente da Câmara: Falou da palestra realizada na Biblioteca Municipal, integrada nas comemorações do 25 de abril. Na exposição dos marcadores de livros, patente na Casa da Cultura, convidando a todos os presentes para a visitar. -----

Relativamente às estradas municipais, informou que teve uma reunião com a CCDRN e que estão proibidas as candidaturas para alcatroamento de estradas, que não vai haver financiamento para tais fins. No entanto, a Câmara vai tentar fazer apenas pequenas intervenções nas mesmas. -----

Agradeceu a presença de todos os que estiveram presentes no Concurso de Ovinos. -----

De seguida, passou a palavra ao Vereador Ilídio Rodrigues para responder às questões colocadas sobre o seu pelouro. -----

Ilídio Rodrigues: Sobre a calendarização da máquina para o arranjo dos caminhos, colocou à consideração de todos os Presidentes de Junta, a localidade por onde começar, já no próximo mês de maio, solicitando a colaboração de todos. Falou ainda que estão abertos, conforme a sua disponibilidade, à cedência também do camião e da retroescavadora, quando necessário e possível. -----

Quanto às faturas do fornecedor da empresa municipal, que lhe pediram para serem passadas em 2013, e assim não entrarem nas contas de 2012, disse desconhecer isso, mas incita o deputado a provar o mesmo. -----

Em relação ao pagamento das senhas de presença, frisou que se aguardava a entrega das declarações de rendimentos dos Membros da Assembleia, que agora foram pagas, no entanto afirma, se os dados não estão corretos, isso é da responsabilidade de cada um. -----

3. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013. ----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros: -----

António Carção: Declaração de voto - Abstenho-me na votação da ata nº 2/2013, como protesto contra a redação da mesma. -----

A ata não traduz o que na reunião se passou, concretamente com as minhas declarações e comportamento. Acredito que não seja possível fazer melhor por parte da secretária, que faz um grande esforço, e muito reconhecimento da minha parte. A minha abstenção tem concretamente um protesto, por há mais de um ano que esta Assembleia aprovou a gravação das atas e ainda nada se fez. Esta sala tem todas as condições para poder gravar as Reuniões da Assembleia, que muito ajudariam a traduzir para a ata o que realmente acontece. Peço ao Sr. Presidente da Assembleia em Exercício pelo cumprimento da deliberação para gravação das atas. -----

Presidente da Mesa: Fica o registo da observação do deputado António Carção sobre a implementação da gravação das reuniões.-----

Orlando Vaqueiro: Independentemente do que o deputado Carção falou, a declaração de voto não lhe assiste com a sua abstenção.-----

Colocada a votação a ata da sessão do dia 28 de fevereiro, foi aprovada por maioria dos presentes com três abstenções, nomeadamente de António Carção, que proferiu declaração de voto, Nascimento Afonso e Moisés Esteves por não terem estado presentes. -----

4. RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2012; -----

Presidente da Câmara disse: Hoje dirijo-me a vós com um enorme sentimento de satisfação porque, finalmente podemos dizer, conseguimos equilibrar as contas do município, estamos agora em condições de trabalhar efetivamente pelo desenvolvimento deste concelho. -----

Para além da aprovação do PAEL, que contribuiu de forma decisiva para alcançar este equilíbrio, conseguimos em 2012, pela primeira vez neste município, reduzir a dívida em mais de 1,7 milhões de euros, o resultado líquido das nossas contas melhorou no último ano em mais de 1,2 Milhões de euros, fruto da diminuição dos custos e perdas e do aumento total dos proveitos e ganhos. Isto numa altura em que sofremos significativos cortes nas Transferências do Estado que, como todos sabem, são a sustentação das nossas finanças, uma vez que as receitas próprias são insignificantes. -----

Conseguimos um financiamento para o problema principal desta autarquia PAEL e Saneamento Financeiro. Atualmente pagámos a todos os fornecedores que tinham dívida nesta câmara até 31 de Dezembro de 2012. Não me lembro na história desta Câmara de algum dia os pagamentos estarem tão regularizados. Sim porque o anterior executivo, contraiu um empréstimo de 3.890 milhões de euros que só deu para pagar a 3 fornecedores (Somague, Resíduos Nordeste, Transportes Santos). -----

Estes resultados apresentados são os melhores de sempre desta autarquia, fruto de verdadeiras medidas de poupança, contenção de despesa e aumento de receitas, não à custa do aumento da água como dizem, pois temos ainda a água mais barata do planalto (Mogadouro, Vimioso) e de quase todo o

país. Mas este aumento foi feito à custa da eficiência da cobrança e investimento, sim o maior investimento privado de todos os tempos. A par deste sentimento de realização, também sinto alguma frustração, porque cheguei a esta casa, carregado de ideias e projetos, com determinação para trabalhar, com vontade de deixar a marca deste executivo associada ao desenvolvimento do concelho. -----

Pouco tempo depois de aqui estar constatámos que todos os nossos sonhos para o município teriam de ser adiados por algum tempo. A razão é simples, as contas da autarquia impediram-nos de executar o nosso projeto o compromisso que assumimos com a população. -----

Herdámos uma dívida declarada de 10 milhões de euros (9,920M), escondidos estavam mais 3 Milhões de euros, isto é, a dívida real era bem próxima dos 13 milhões de euros (dados confirmados pelo ROC). A autarquia tinha um volume de compromissos financeiros assumidos que nos impediam de lançar novas obras e investimentos. Todos sabem isso, não vale a pena tentar esconder a realidade, facilmente demonstrada nos relatórios de contas. Acusam-nos de gestão ruínosa e eu vou responder com a nossa herança: -----

Foi contraído um empréstimo (PREDE) de 3.890 milhões de euros que nós estamos a pagar; -----

Arrastava-se há anos um processo com a AGS, a dívida da Câmara com esta entidade era de 300 mil euros, o anterior executivo fez um acordo em Setembro de 2009, para o pagamento de 704 mil euros. Nós pagámos; -----

Em Advogados foram-nos apresentadas despesas de dezenas de milhares de euros, só uma conta com um advogado da cidade ascende os 100 mil euros; nós pagámos. -----

As indemnizações resultantes das expropriações de terrenos para o Parque do Rio Fresno, que ascendem a 7 milhões de euros, ficaram também para nós pagarmos; -----

Obras realizadas e não financiadas; nós pagámos; -----

Deixaram-nos também obras candidatas a fundos comunitários sem projetos e sem financiamento; -----

Ficámos com os custos de manutenção das piscinas aquecidas que devido a erros de construção se torna incomportável para o município mantê-las abertas, são necessários mais de 200 mil euros anuais só para assegurar as condições mínimas de funcionamento. -----

Deixaram-nos um posto de venda de produtos regionais que em Dezembro faturou 50 euros; -----

Eu podia continuar a pontar casos concretos que mostram o que foi a gestão do anterior executivo e as consequências que daí resultaram para o futuro do concelho. -----

Como se não bastasse os cortes no FEF, nestes últimos três anos já se aproximam dos 3 milhões de euros, relativamente às verbas que eram transferidas até 2009, agora digam-me, com três milhões de euros o que poderíamos ter feito nas nossas aldeias? Obviamente que muito. -----

O anterior executivo já foi julgado pela população pelo seu desempenho, no entanto, custa-me e muito, que o atual executivo também esteja a ser julgado e em praça pública por estar centrado, a trabalhar para resolver os problemas graves que encontrou. -----

Sinto uma profunda tristeza quando alguns, muitos dos presentes, acusam o atual executivo de não ter feito nada. Não existe qualquer Justiça nesta afirmação. Conseguir equilibrar as contas de um concelho praticamente falido, conseguir reduzir a dívida ao mesmo tempo que nos cortam nas receitas, conseguir diminuir os custos de funcionamento desta casa, o que obviamente exige muito trabalho, muito tempo e também muita competência.

Gerir uma autarquia com dinheiro é fácil, qualquer um é bom gestor quando existem recursos, agora gerir uma casa falida, conseguir recuperá-la, é mais difícil. -----

Podem dizer que não fizemos grandes projetos emblemáticos, que não fizemos tanto quanto queríamos fazer, é verdade, mas com justiça não podem dizer que somos incompetentes porque em três anos conseguimos pôr esta casa novamente em condições de trabalhar e é o que vamos fazer trabalhar em benefício da população do concelho. -----

Esta minha intervenção tem como objetivo unicamente expor a verdade, que qualquer um pode comprovar consultando os Relatórios de Contas Anuais, e dizer-vos que aguentámos calados os julgamentos em praça pública baseados em mentiras e embustes e que não estamos dispostos a continuar a tolerar esse tipo de afirmações. -----

Fizemos o que tinha de ser feito e garanto-vos que vamos continuar a trabalhar no sentido de controlar as contas e de garantir que há possibilidade efetivamente de implementar um projeto estratégico de desenvolvimento para este concelho. -----

Servir o povo é a nossa missão. -----

Olhar para os mirandeses servir os mirandeses e não servir os clientelismos. -----

Fazer um concelho com qualidade de vida e com vontade de viver. -----

Equilibrámos, agora queremos construir. -----

António Carção: Repudiou a exposição do Presidente da Câmara. -----

Em relação ao Relatório e Contas disse: É um relatório virtual, com uma execução de 45,7%, uma vergonha e quem reler as atas do passado, que dirá. -

Afirmo desta forma porque foi a melhor maneira de definir esta situação. Nos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro os empreiteiros pararam, não fizeram autos de medição, os fornecedores, grande parte, não emitiram faturas. -----

Mas vamos aos factos: Situação Financeira e Patrimonial, ponto 2.2 - dívida total 10.736.322,75 €, redução em relação ao ano anterior 13,73%. Dívida a curto prazo 6.009.430,80 €, equivalente a 56%. -----

Aparentemente até parece uma gestão aceitável, mas repito, aparentemente, porque na realidade diminuiu em 13,73% a dívida da Câmara, mas deixou os mirandeses mais pobres e mais subcarregados de impostos. Vejamos o quadro da pág. 4 deste relatório, comparando 2011 com 2012: IMI e Derrama aumentaram 57,3%, aproximadamente 280.000,00 €, quem pagou foram os mirandeses; a água aumentou 13,5% aproximadamente 50.000,00€,

quem pagou foram os mirandeses; recolha e tratamento de lixo e taxa de esgotos aumentou 64,6%, aproximadamente 130.000,00 €; as Juntas de Freguesia não receberam as receitas de capital, cerca de 200.000,00 €; a Piscina coberta de Miranda continua fechada. Até o pagamento das senhas de presença desta Assembleia, contribuíram. -----

A dívida desceu, é verdade, mas os mirandeses ficaram mais pobres, pois pagaram mais impostos. -----

Um dado importante no quadro atrás referido, as transferências da União Europeia diminuíram 44,3%, isto significa que as obras candidatas aos fundos comunitários pelo anterior executivo vão chegando ao fim, e este executivo não tem capacidade nem engenho para fazer candidaturas e aprovar projetos. -----

Agora vamos apreciar o relatório do Revisor Oficial de Contas, espero que todos os tenham lido e estudado bem. Vejamos, Sistema de Controlo Interno, pág. 6 alínea VI, linha 13, cito “Tal situação configura uma ilegalidade, que deveria ser bloqueada pela aplicação, ou por quem deva impedir que a mesma permite a autorização da despesa sem a existência de fundos disponíveis”. Tudo isto relacionado com a Lei 8/2012 – Lei dos Compromissos, não está a ser respeitada, pois está a ser atropelada. Reforça o relatório, ponto 25, pág. 16, linhas 6, 7, 8, 9, 10,11 e 12, cito: “Chamamos atenção para o facto de o Município no decorrer do último semestre ter vindo a assumir compromissos, violando a alínea f) do art.º 3º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, ou seja, constata-se situações em que não existe fundo disponível para que possa ser feita a autorização da despesa. Tal situação deverá merecer uma alteração de procedimentos em conformidade com as regras para a realização da despesa pública, sob pena de o Município ter uma situação de incumprimento de repercussões gravosas”. Anda-se a brincar com o fogo. As mesmas situações de incumprimento da Lei 8/2012 – Lei dos Compromissos, referem na pág. 21, linhas 12, 13, 14 e 15 e ainda na pág. 27, linhas 1, 2 e 3. -----

Mais informa o Sr. Revisor de Contas na pág. 20, Inventário/Existências, cito: “ Verificamos que não existe qualquer registo dos materiais que se destinam às obras, não sendo elaborada, para cada obra, um folha de obra para

registar os consumos do armazém e outros gastos imputáveis.” Ou seja, é uma anarquia nesta Câmara. Isto é muito mais, é certificado pelo Revisor Oficial de Contas, com tantas irregularidades que se atreve a votar favoravelmente este relatório de contas. -----

Nascimento Afonso: “A propósito do Relatório de Gestão 2012 do Município de Miranda do Douro, direi tão-só o seguinte:

1. Receita - Se é verdade que - infelizmente! - a receita de capital diminuiu, em 2012 relativamente a 2011, isso deve-se, exclusivamente, à diminuição das transferências para a Autarquia do OE e dos Fundos da UE. -----

Porém, no que diz respeito à receita corrente, verificou-se, no ano findo, um crescimento de 10% em relação ao ano anterior, ou seja, de € 6.083.905,79 (2011) a receita corrente subiu para € 6.692.543,13 (2012), apesar da diminuição (também na receita corrente) das receitas ao nível das transferências do OE e da EU. -----

2. Despesa - Relativamente ao ano de 2011, a despesa global, em 2012, diminuiu € 720.171,14 - ou seja, 7% na despesa corrente, equivalente a € 504.160,11 e 4,4% na despesa de capital, equivalente a € 216.011,03. -----

3. Custos e proveitos - O resultado líquido melhorou em € 1.216.144,16 - fruto da diminuição dos custos e perdas no montante de € 335.056,34 e do aumento do total dos proveitos e ganhos no valor de € 879.422,82. -----

4. Dívidas a terceiros (de curto, médio e longo prazo) - A CMMD terminou o ano económico de 2012 com uma dívida de € 10.736.322,75, ou seja, - 13,73% relativamente ao ano anterior (€ 12.445.275,38). -----

5. Limites do endividamento municipal - No final do ano transato - segundo o presente Relatório de Gestão - verificou-se, afinal, que o Município de MD dispunha de margem face aos limites legais de endividamento: quer a curto prazo, quer a médio e longo prazo, quer quanto ao endividamento líquido”. -----

Belmiro Gonçalves: Começou por referir que o relatório de contas que, hoje, vem a esta Assembleia para apreciação, tipifica o nosso Município quando

afirma, na página quatro, que a receita corrente total corresponde aos Fundos Municipais (FEF, FSM e PIRS) representando 90,72% da totalidade. Segundo o documento elaborado o exame/avaliação que o ROC fez às contas indica, praticamente as mesmas fragilidades/constrangimentos que no ano anterior:

1. Por não ter obtido um número suficiente de respostas aos pedidos de confirmação de saldos dos fornecedores e acresce o facto de serem detetadas faturas de fornecedores de 2011; -----

2. Inexistência de um sistema de contabilidade analítica, que ao abrigo do ponto 2.8.3 do POCAL é obrigatório; -----

3. O “caixa” não funciona através de um fundo fixo que não deve ultrapassar os 6.000,00 euros e não existe controlo sobre essa situação;-----

4. A execução orçamental global ficou aproximadamente em 47% da estimativa efetuada como previa o orçamento para 2012. -----

Aquilino Ginjo: Congratula-se com a aprovação do PAEL e do Saneamento Financeiro. -----

Refere ainda que a grande dívida que agora temos se deve aos maus investimentos do anterior executivo, como a obra do Fresno e o Campo de Futebol de Miranda. -----

André Almendra: é de opinião que devem diminuir as despesas com pessoal. Que não há dinheiro para investimento. Questiona que políticas há para apostar na agricultura, ação social e turismo. Defende que se deve investir nessas rubricas. -----

Jacinto Afonso: Deu os parabéns ao executivo pela tarefa árdua que tem desenvolvido. Deixou uma palavra de apreço pelo reequilíbrio financeiro do Município, que eu implorei e sem efeito durante mais de 10 anos, referiu. A consolidação das contas entre o Município e a Miranda Cultural e Rural traduz uma gestão transparente e eficiente. Gostava de também ver resolvidas algumas reservas levantadas pelo Revisor Oficial de Contas. Àqueles que durante uma década endividaram o Município em meio milhão de euros por

ano, queria perguntar como resolviam o problema, sem penalizar os contribuintes - é em tempos adversos que se vêm os bons gestores, disse. -----

O Presidente da Câmara interveio mais uma vez para responder às questões colocadas pelos intervenientes, designadamente, sobre a taxa do IMI refere que optaram pela mínima, mas ter sido o governo a impor; quanto à derrama, também ter sido imposição do governo. -----

A Piscina coberta queríamos-la aberta mas era um prejuízo, com fugas de energia constantes, o aquecimento de 9 caldeiras só funcionavam 2. Foi uma obra mal feita. Fizemos uma candidatura de eficiência energética mas não obtivemos resposta. -----

Quanto à Lei dos Compromissos é uma lei desadequada à realidade. -----

Relativamente ao controle, antes não havia Revisor Oficial de Contas, não havia controlo de stock de materiais, combustíveis e agora estamos a fazê-lo. Estamos a ser mais controlados e temos de ser mais corretos. -----

Foi dada a palavra ao Vereador Ilídio Rodrigues para falar sobre outras questões do seu pelouro. -----

Vereador Ilídio Rodrigues: Sobre o preço da água, no mandato anterior avançaram com o seu aumento, mas depois recuaram por estratégia política.

Nós mantivemos o que propusemos. Em termos de preços da Água por escalões em Miranda do Douro, Vimioso e Mogadouro, verificou-se o preço mais baixo praticado em Miranda do Douro. Sobre a varredura das ruas da sede do concelho, o preço pago à empresa por metro linear é o triplo em Miranda do que em Bragança. O custo com a varredura de Miranda é igual à soma de Vinhais e Vimioso. Infelizmente trata-se de um contrato assinado em 2000 extremamente oneroso para o Município. -----

Foi dada também a palavra à Vereadora Anabela Torrão para falar sobre outras questões do seu pelouro. -----

Vereadora Anabela Torrão: Acerca da intervenção do deputado André Almendra, refiro que, a Agricultura foi, é e continuará a ser um pilar fundamental deste executivo. No momento de crise e contenção financeira que

vivemos, vários projetos e eventos culturais tiveram de ser repensados, alguns anulados, no entanto, no que se refere à agricultura estes apoios continuaram.

Passo a citar: 1- Os concursos pecuários da raça asinina mirandesa, bovina mirandesa e ovina churra mirandesa mantêm-se, como forma de apoio às Associações Pecuárias e aos criadores, tendo um custo anual aproximado de 20.000,00€. -----

2 - Com este executivo foram criados serviços, que há muitos anos eram prometidos apenas em campanha eleitoral. Nós assumimos esse compromisso e implementámo-lo; falo do GAEE - Gabinete de Apoio ao Agricultor e Empreendedor. Este gabinete presta serviço e apoio técnico aos agricultores/empreendedores. Estabelecemos parcerias com a EDP e a empresa SPA Glocal, para execução do programa EDP Empreendedor desde 2011, através do qual muitas empresas foram criadas e respetivos empregos, contribuindo assim para a fixação de população. Este ano o nosso concelho foi o que apresentou maior número de candidaturas a projetos. -----

3 - Prometemos e cumprimos o apoio aos criadores, participando os mesmos no pagamento das quotas com a sanidade animal, pela transferência das verbas para a Cooperativa Agrícola de Palaçoulo, 10.500,00€ em 2010, 10.500,00€ em 2011; 7.500,00€ em 2012, e este ano logo que possível o procedimento será efetuado. Nunca o anterior executivo o fez. -----

4 - Estabelecemos parcerias com as associações de raças autóctones, para dinamização e viabilização do matadouro municipal, estando a cooperativa da raça bovina mirandesa a abater semanalmente no nosso matadouro, desde Junho de 2011, o que contribuiu para a obtenção dos resultados positivos da empresa municipal Miranda Cultural e Rural no ano 2012, conduzindo assim à continuidade da mesma e a garantir os postos de trabalho dos funcionários. ----

Onde estiveram estes apoios antes? Não existiram. Apenas lamento não sermos executivo antes, pois hoje, teríamos uma unidade de transformação de carnes em Miranda do Douro, com 20 postos de trabalho, que, infelizmente foi para Vimioso, com o anterior executivo. -----

O deputado António Carção solicitou a palavra em defesa da honra, ao qual foram dados 3 minutos para o fazer. Referiu que necessitava de 5 minutos, pois o Presidente da Câmara, o Vereador e a Vereadora usaram da palavra por mais de 25 minutos, o que lhe foi negado pelo Presidente da Mesa em exercício. Após o sucedido, disse que não iria usar os 3 minutos concedidos, que estes fossem passados em silêncio em protesto pela falta de transparência, o que não foi respeitado pelo Presidente da Assembleia em exercício. -----

Colocado a votação a apreciação do Relatório e Contas, foi o mesmo apreciado favoravelmente por maioria, com o voto contra do deputado António Carção e duas abstenções, nomeadamente dos deputados André Almendra e do Presidente da Junta de Freguesia de Atenor Moisés Esteves. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

5. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2012 DO MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO E DA MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M.; -----

Pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar o documento presente. -----

Presidente da Câmara: Começou por dizer que as contas refletem uma boa gestão, pois quando entraram para a Câmara, a empresa Municipal apresentava um resultado de 37.000,00 € negativos, e agora um resultado positivo de cerca de 5.000,000€. -----

Elogiou o trabalho do Dr. António Pimentel, veterinário municipal, e dos funcionários do Matadouro, também a eles o seu reconhecimento. Agradeceu ainda a um parceiro especial pelo apoio e colaboração com a Câmara, a Cooperativa da Raça Mirandesa. -----

Recordou que a Unidade de abate que hoje se encontra em Vimioso, estaria em Miranda se esta Câmara tivesse chegado antes. -----

Deu a informação que foi exonerado o Conselho de Administração da empresa Municipal Miranda Cultural e Rural, E.M., de acordo com o relatório de auditoria da IGAL. -----

Terminou dizendo que deram vida, força e crescimento à empresa

Municipal, por isso solicita a sua aprovação. -----

Vereadora Anabela Torrão: Congratulo-me por ter pertencido a este conselho de administração e termos tornado viável a continuidade da empresa municipal, essencial para a economia do concelho pelo carácter socioeconómico que representa para a agricultura e outros setores. Em 4 anos, apesar do estado de crise instalado, este conselho de administração inverteu um resultado de 37.000,00 € negativos, responsabilidade do anterior conselho de administração, para um resultado positivo em 2012 de cerca de 5 mil euros. Este resultado deve-se à boa gestão, ao excelente desempenho dos funcionários, a quem aqui deixo um louvor, bem como aos utentes e fornecedores. Resulta também do estabelecimento de parceria com a Cooperativa da Raça Bovina Mirandesa, que iniciou os abates semanais em Julho de 2011, e esta excelente cooperação entre as instituições resultou na revitalização da empresa e neste saldo financeiro positivo em 2012, permitindo assim que a continuidade do funcionamento do matadouro municipal do nosso concelho seja uma realidade e na garantia de manutenção dos postos de trabalho. Desejo ao novo CA que venha a ser nomeado o maior sucesso e disponibilizo-me para colaborar, caso assim o entendam. -----

Moisés Esteves: Apresentou a sugestão de curtir as peles a ser explorada por qualquer empresa. -----

José Abílio João: Orgulha-se do trabalho que foi feito no Matadouro pela empresa Municipal. Como membro da Cooperativa da Raça Mirandesa, agradece à Câmara pela amizade que esta demonstra pela Raça Mirandesa. -----

É sua opinião, que nos eventos da Feira da Agricultura de Santarém e na Ovibeja, é a carne com maior peso a nível nacional e internacional. Que é a melhor carne nacional e dá dinamismo e importância a Miranda do Douro. -----

Quanto à proposta do Moisés Esteves, diz apoiar a ideia de curtir as peles, já que as deles vão para Espanha. -----

Refere: Ser pastor e ser boieiro é uma vaidade de ser Mirandês. -----

Por fim, questiona o executivo sobre a situação do Novo Matadouro. -----

Colocada a votação a Consolidação de Contas do ano de 2012 do Município de Miranda do Douro e da Miranda Cultural e Rural, E.M., foi a mesma aprovada por maioria e em minuta com duas abstenções, nomeadamente dos Srs. Deputados João Lopes e António Carção. -----

6 - REGULAMENTO DO BANCO MUNICIPAL DE MANUAIS ESCOLARES. -

Apresentou este documento a **Vereadora Anabela Torrão** que referiu: Este executivo camarário como modalidade de apoio social, disponibilizará gratuitamente, a título de empréstimo, os manuais escolares das áreas curriculares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, área escolar competência do município. Os mesmos serão recolhidos no final do ano letivo e reutilizados nos anos seguintes, através deste Banco Municipal de Manuais Escolares. Este projeto desenvolvido pelo Município tem como parceiros o Agrupamento de Escolas e as Associações de Pais

Belmiro Gonçalves: Começou por afirmar que esta iniciativa é uma estratégia sólida de responsabilização social da população em geral, e é, também, uma das formas para incentivar toda a Comunidade Escolar ao respeito pelo livro. -----

António Carção: Deviam alargar esta modalidade aos 2º, 3º Ciclos e Secundário. Entendo que o documento está incompleto e deve ser revisto pois devem ser aplicadas medidas punitivas aos encarregados de educação no caso de extravio e dano dos manuais escolares, responsabilizando os mesmos. -----

Vereadora Anabela Torrão: O presente documento aplica-se apenas ao 1º Ciclo, que é competência do Município na área da educação, quanto aos 2º e 3º ciclos, este procedimento está a ser aplicado pelo Agrupamento de Escolas. -

Perante a recomendação do deputado António Carção, o presente Regulamento do BMME, será novamente remetido ao Concelho Municipal de

Educação, para nova apreciação e aplicação de medidas punitivas aos encarregados de educação, no caso de extravio ou dano dos manuais escolares, conforme sua sugestão. -----

Colocado a votação o Regulamento, foi o mesmo aprovado por unanimidade e em minuta, com a introdução de mais uma medida punitiva no Regulamento, sugerida pelo deputado António Carção. -----

7. PONTO DE SITUAÇÃO RELATIVAMENTE AOS PROTOCOLOS DA REN E, EM PARTICULAR, O PROTOCOLO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL COM A EDP - GESTÃO DE PRODUÇÃO DE ENERGIA, RELATIVAMENTE ÀS FREGUESIAS DE PICOTE E VILA CHÃ. -----

Relativamente a este ponto, solicitada a sua inserção pelo deputado **Belmiro Gonçalves**, iniciou a sua intervenção afirmando que preferia não estar aqui a falar desse assunto porque as “vicissitudes causadas com as obras da EDP” (linguagem do protocolo) têm muito mais valor e não há dinheiro que pague esses estragos ambientais, tendo destruído um património ecológico. De seguida, salientou o trabalho, desenvolvido no momento próprio, pelo Senhor Presidente da Junta de Vila Chã para que as linhas de alta tensão seguissem outro percurso, mas, infelizmente, não o conseguiu. -----

Passou aos factos: Em 25/03/20121 solicitou, por intermédio da Senhora Presidente, os ditos protocolos de disponíveis. Com data de 11 de Abril disse ter recebido no pretérito dia 15, uma carta registada da Senhora Presidente informando: -----

1.”Os protocolos da REN são da competência das respetivas Juntas de Freguesia.” Disse concordar plenamente com essa situação e que falara com os senhores Presidentes de junta em questão e referindo , aqui, que foram de uma disponibilidade total o que o queria registar com agrado. -----

2. “O Protocolo da EDP Produção com a Câmara Municipal, a Senhora Presidente refere que este documento foi discutido e distribuído na Assembleia Municipal de 24/02/012”. A este propósito, lembrou o que está escrito em ata: “foi lido o protocolo pelo Senhor Presidente” e continuou dizendo que na documentação desse dia, não encontrou esse protocolo, e que consultando o

site da EDP, encontrou a documentação suficiente. Continuando no uso da palavra, abordou, apenas, o Protocolo da EDP, Produção com a Câmara Municipal em que a EDP Produção entrega à Câmara Municipal um milhão e duzentos mil euros com a garantia da aplicação ao fim que a mesma se destina, em 4 momentos: 30% no momento da ratificação do Protocolo, 40% no momento da conclusão de certos trabalhos (em alternativa), 10% com a conclusão das obras em Picote (passeios em Vale Morais e avenida Luís de Camões), obras que esta assembleia focalizou na última reunião e 20% a quando da conclusão da conduta de abastecimento de água entre o Barrocal e Picote e o reservatório de abastecimento de água a Vila Chã. -----

Terminou, perguntando ao Senhor Presidente, no âmbito do presente protocolo e agradecia que lhe respondesse a quatro questões muito concretas:

Que obras estão concluídas em cada uma das aldeias? Que obras estão por concluir? Quanto recebeu a Câmara neste momento? Quanto gastou em cada uma das aldeias em questão? -----

Adérito Martins: Dr. Belmiro, apesar de todo o respeito e consideração que tenho pelo senhor, não posso deixar de estranhar tanta preocupação com os dinheiros atribuídos a Vila Chã, já que nos outros mandatos que fez parte desta Assembleia, o senhor e mais três elementos da nossa aldeia, nunca se preocuparam com Vila Chã, muito menos com a dívida que nos foi deixada pelo anterior executivo. Tenho total confiança e promessa do executivo desta Câmara, que com o trabalho em conjunto entre a Câmara e a Junta, Vila Chã não será prejudicada. -----

Quanto ao Protocolo com a REN, foi assinado com a Junta de Vila Chã, tendo sido na altura da assinatura divulgados valores e onde iria ser gasto, até em jornais, jornais esses que o senhor tanto gosta de evocar. -----

Mas no fundo sei o porquê de o senhor estar tão preocupado relativamente aos dinheiros dos protocolos, a sua preocupação chama-se rua das Pereiras, rua essa em que os interessados são seus familiares e amigos de cor política. Basta de rua das Pereiras, deixem-nos trabalhar. -----

Belmiro Gonçalves: Em resposta ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, disse estranhar as suas afirmações por não corresponderem à verdade dado que não esteve presente em qualquer reunião e que nunca se norteou, na aldeia, por interesses partidários ou familiares. -----

O presidente da Junta de Freguesia de Picote, **Luís Preto** também interveio para dizer que os trabalhos estão a ser realizados, os compromissos da Câmara também estão a ser cumpridos e que a EDP só vai pagando conforme os trabalhos executados. -----

Presidente da Câmara: Informou que se realizaram algumas reuniões com responsáveis da obra da Barragem de Picote (EDP), tendo sido proposto o montante de 800.000,00 € para compensar o Município de todos os transtornos e prejuízos causados. A Câmara não aceitou o valor em causa, tendo chegado ao montante de 1.200.000,00 €, como valor final, para executar as obras que vieram a ser incluídas no Protocolo assinado com a EDP. Neste momento o mesmo Protocolo está a ser devidamente cumprido. -----

Vereador Ilídio Rodrigues disse: Até Fevereiro de 2011, não existia qualquer acordo em Protocolo escrito e assinado entre a Câmara e a EDP. Pelo que sei existia um acordo verbal para executar a rede de saneamento da Rua das Pereiras em Vila Chã. No Protocolo entretanto assinado e de acordo com a vontade da Junta de Freguesia de Vila Chã o que ficou acordado foi a execução e arranjo de outros arruamentos. O Protocolo está a ser cumprido a bom ritmo, nomeadamente a Avenida em Picote, a Condução de Água do Barrocal até Picote e as restantes obras irão iniciar-se brevemente. -----

8. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

Presidente da Câmara: Informou sobre algumas recomendações da IGF sobre as transferências para as Juntas de Freguesia, disse que vai enviar às Juntas de freguesia a parte que lhes diz respeito. -----

Moisés Esteves: Fez referência ao tempo útil de trabalho dos trabalhadores da Câmara no exterior, apela para que os mesmos estejam mais tempo no serviço, pois perdem muito tempo com as viagens, quando estão nas freguesias. -----

Aquilino Ginjo: Quanto às recomendações da IGF, solicita que seja dado apoio pela jurista da Câmara às Juntas de Freguesia. -----

Artur Gomes: Também é da opinião que se deve agendar uma reunião com os serviços jurídicos da Câmara Municipal. -----

André Almendra: Questionou o pagamento ao Grupo desportivo de Sendim. -----

Presidente da Câmara: Quanto às recomendações da IGF referiu que houve algumas irregularidades com os procedimentos administrativos e contabilísticos, que a lei está a mudar. Informou que se vai aguardar e então agendar uma reunião com o serviço jurídico. Em resposta ao deputado André Almendra frisou que todas as faturas que estavam na Câmara foram pagas. -----

Manuel Gonçalves: Solicitou à Assembleia que se votasse a renovação das Moções contra o encerramento da Escola de Palaçoulo. -----

O Presidente da Mesa propôs à Assembleia o solicitado pelo Presidente da Junta de Palaçoulo, o que foi aceite por unanimidade a inserção do Voto de Solidariedade para a manutenção da Escola EB1 de Palaçoulo. -----

9. VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA A MANUTENÇÃO DA ESCOLA EB1 DE PALAÇOULO. -----

Foi aprovado por unanimidade e aclamação um Voto de Solidariedade para a manutenção da Escola EB1 de Palaçoulo. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em regime de substituição, agradeceu as palavras dos intervenientes e deu por concluída a sessão, pelas 13.30 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:

Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal:

O Secretário da Sessão:
